Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

OPEN ACCESS

doi.org/10.51891/rease.v12i11.32244

O MUSKISMO E SUAS RELAÇÕES COM O TRABALHO, O ESTADO E A EDUCAÇÃO: DESDOBRAMENTOS DO PARADIGMA PRODUTIVO NO SÉCULO XXI

MUSKISM AND ITS RELATIONS WITH LABOR, THE STATE, AND EDUCATION: UNFOLDINGS OF THE PRODUCTIVE PARADIGM IN THE 21ST CENTURY

EL MUSKISMO Y SUS RELACIONES CON EL TRABAJO, EL ESTADO Y LA EDUCACIÓN: DESPLIEGUES DEL PARADIGMA PRODUCTIVO EN EL SIGLO XXI

Anderson Ferreira de Brito[1]
Luiz Carlos Novaes[2]

RESUMO: Este artigo buscou examinar a passagem dos modelos produtivos clássicos para o paradigma denominado "muskismo", situando seus efeitos em três eixos articulados: o trabalho, o Estado e a educação. Trata-se de um ensaio acadêmico, que mobiliza a sociologia do trabalho, a crítica da economia política e autores do campo educacional, entre eles Antunes, Frigotto, Mészáros, Ball e Zuboff. Os resultados indicam que o modelo muskista sustenta uma hiperexploração apoiada na datificação, na expropriação cognitiva e em uma cultura corporativa extrema; que estabelece uma relação paradoxal com o aparelho estatal, do qual obtém desregulamentação, socialização dos riscos de investimento e privatização de infraestruturas estratégicas sob a bandeira do tecno-solucionismo; e que subordina a educação pública a um utilitarismo plataformizado, voltado à formação de um infoproletariado dócil e à proletarização do trabalho docente. Conclui-se que a educação pública, entendida como espaço de suspensão da lógica de mercado e de formação humana integral, constitui frente central de resistência democrática à hegemonia do capitalismo de plataforma.

Palavras-chave: Muskismo. Capitalismo de plataforma. Sociologia do trabalho. Estado neoliberal. Políticas educacionais.

ABSTRACT: This article sought to examine the shift from classical productive models to the paradigm known as "muskism", situating its effects across three interrelated axes: labor, the State, and education. It is an academic essay that draws on the sociology of work, the critique of political economy, and authors from the field of education, including Antunes, Frigotto, Mészáros, Ball, and Zuboff. The results indicate that the Muskist model sustains a hyper-exploitation grounded in datafication, cognitive expropriation, and an extreme corporate culture; that it establishes a paradoxical relationship with the state apparatus, from which it obtains deregulation, the socialization of investment risks, and the privatization of strategic infrastructures under the banner of techno-solutionism; and that it subordinates public education to a platformized utilitarianism aimed at forming a compliant infoproletariat and at proletarianizing teaching work. It concludes that public education, understood as a space that suspends market logic and pursues integral human formation, constitutes a central front of democratic resistance to the hegemony of platform capitalism.

[1] Mestrando em Educação. Pedagogo. Professor da Rede Municipal de Ensino de Guarulhos. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP – Campus Guarulhos); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Prefeitura Municipal de Guarulhos.
[2] Pós-Doutor em Educação. Doutor em Educação e Ciências Sociais. Professor e orientador nos cursos de graduação e pós-graduação. Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/UNIFESP); Universidade de São Paulo (USP); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Keywords: Muskism. Platform capitalism. Sociology of work. Neoliberal State. Educational policies.

RESUMEN: Este artículo buscó examinar el paso de los modelos productivos clásicos al paradigma denominado "muskismo", situando sus efectos en tres ejes articulados: el trabajo, el Estado y la educación. Se trata de un ensayo académico que moviliza la sociología del trabajo, la crítica de la economía política y autores del campo educativo, entre ellos Antunes, Frigotto, Mészáros, Ball y Zuboff. Los resultados indican que el modelo muskista sostiene una hiperexplotación apoyada en la datificación, la expropiación cognitiva y una cultura corporativa extrema; que establece una relación paradójica con el aparato estatal, del cual obtiene desregulación, socialización de los riesgos de inversión y privatización de infraestructuras estratégicas bajo la bandera del tecnosolucionismo; y que subordina la educación pública a un utilitarismo plataformizado, orientado a la formación de un infoproletariado dócil y a la proletarización del trabajo docente. Se concluye que la educación pública, entendida como espacio de suspensión de la lógica de mercado y de formación humana integral, constituye un frente central de resistencia democrática a la hegemonía del capitalismo de plataformas.

Palabras clave: Muskismo. Capitalismo de plataformas. Sociología del trabajo. Estado neoliberal. Políticas educativas.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças nos modos de produção capitalista nunca ficaram restritas ao chão de fábrica: ao longo da história, atuaram como força motriz na reconfiguração das relações sociais e do papel do Estado. No decorrer do século XX, o Fordismo consolidou um modelo assentado na produção em massa e na fragmentação extrema do trabalho, apoiado nos princípios tayloristas de separação entre concepção e execução:

> O princípio essencial da gerência científica é a separação radical entre o processo de concepção e o processo de execução, transferindo todo o conhecimento e controle do trabalho para a gerência, enquanto ao trabalhador resta apenas a execução fragmentada das tarefas (BRAVERMAN, 1987, p. 85).

Esse modelo exigiu a construção de um Estado de Bem-Estar Social capaz de mediar os conflitos de classe e garantir o consumo de massa, ao mesmo tempo em que impulsionou um sistema educacional voltado à disciplina rígida, à padronização e à formação de trabalhadores submissos à rotina da linha de montagem (FRIGOTTO, 2010a, p. 26).

Antunes (1999) e Harvey (2017) mostram que, a partir da crise estrutural da década de 1970, o esgotamento do modelo fordista impulsionou uma reestruturação produtiva de alcance global, da qual emergiu o Toyotismo, marcado pela acumulação flexível, pelo *just-in-time* e pela desconcentração industrial:

> A acumulação flexível se caracteriza pelo surgimento de setores inteiramente novos de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Ela se apoia fortemente na produção just-in-time e na desconcentração industrial (HARVEY, 2017, p. 140).

O modelo toyotista exigiu um perfil de trabalhador distinto: polivalente, adaptável e responsável por atingir as metas de produção. Essa necessidade advém da lógica de cooptação e de intensificação da exploração, visando ao maior engajamento pessoal dos funcionários com os objetivos da empresa (ANTUNES, 2009, p. 53).

No mesmo sentido, Frigotto (2010b, p. 45) observa que "o neoliberalismo, ao redefinir o papel do Estado, desloca-o de provedor social para regulador do mercado, impondo cortes nas políticas sociais e transferindo responsabilidades para o indivíduo". Essa retração estatal, alinhada ao receituário neoliberal, repercutiu diretamente nas reformas educacionais, que passaram a priorizar a "pedagogia das competências", a flexibilidade e a aprendizagem contínua diante de um mercado de trabalho cada vez mais volátil e precarizado (FRIGOTTO, 2010b, p. 52).

Investigar um novo momento do capitalismo no início do século XXI, aprofundado pela globalização, justifica-se por fenômenos como o controle algorítmico do trabalho, a integração vertical entre infraestrutura física e digital e a nova arquitetura de dependência entre empresas privadas e Estado. Srnicek (2017) e Zuboff (2021) já apontavam a emergência do capitalismo de plataforma e do capitalismo de vigilância como formas de extração de valor que extrapolam a lógica fabril clássica. A globalização promove a internacionalização de diversas empresas, instituições ou atividades econômicas, o que se evidencia na *uberização* do trabalho, como apontado por Antunes (2018).

O caso específico do conglomerado empresarial liderado por Elon Musk — empresário sul-africano naturalizado norte-americano, nascido em 1971, que em 2026 se aproximou da marca de trilionário —, que inclui a Tesla Inc. (automóveis elétricos e baterias), a SpaceX (aeroespacial e lançamentos orbitais), a Neuralink (neurotecnologia), a The Boring Company (infraestrutura e túneis), a Starlink (internet via satélite), além de iniciativas mais recentes como a xAI (inteligência artificial) e a plataforma X (antigo Twitter), apresenta, contudo, particularidades que extrapolam essas categorias. Para Valentin (2022, p. 45), o "teslismo" pode ser considerado o modelo produtivo sucessor do Toyotismo por apresentar traços do capitalismo tecnológico contemporâneo pertencente a dois mundos — digital e industrial.

A literatura internacional recente vem se consolidando, porém, em torno do termo "Muskismo", e não "teslismo": a primeira expressão designa a racionalidade econômica, política e ideológica que estrutura todo esse império corporativo, ao passo que a segunda, tal como

empregada por Valentin (2022) em obra de tom celebratório, refere-se apenas à produção da Tesla, apresentada como evolução natural e desejável do toyotismo rumo à Indústria 4.0.

Para Morozov (2018), o termo "muskismo" se alinha à categoria caracterizada pelo "tecno-solucionismo" — a crença de que problemas sociais e políticos complexos podem ser resolvidos exclusivamente pela tecnologia, por meio de produção industrial e digital —, pela imposição de uma cultura de trabalho extrema e antissindical, e por uma forte atuação ideológica que visa esvaziar o Estado de Bem-Estar, substituindo políticas públicas e infraestruturas estatais por monopólios privados. Nesse sentido, Chiusi (2023) emprega o termo "muskismo" para descrever a ideologia tecno-solucionista e o culto quase religioso construídos em torno do empresário.

Aglietta (1976) descreve o fordismo a partir da articulação entre um regime de acumulação (a produção em massa) e um modo de regulação (o consumo em massa), sustentado pelo Estado de Bem-Estar keynesiano. Ao longo do século XX, esse arranjo atravessou sucessivas transformações até entrar em crise nos anos 1970, marcada pela queda da taxa de lucro, pela estagflação e pelo choque do petróleo de 1973, dando lugar ao que se convencionou chamar de pós-fordismo: um regime de acumulação flexível, apoiado na globalização das cadeias produtivas e na financeirização, cujo modo de regulação deslocou para os indivíduos a responsabilização por riscos antes mitigados pelo Estado de Bem-Estar.

Diante do esgotamento do modelo pós-fordista, evidenciado pela crise financeira de 2007-2008, Slobodian e Tarnoff (2026) propõem o muskismo como um de seus possíveis sucessores: assim como o fordismo foi, na leitura dos autores, o "sistema operacional" do século XX, o muskismo desponta como um possível sistema operacional para o século XXI, assentado na fusão entre capital e Estado — a "simbiose estatal" — e na oferta de infraestruturas críticas em troca do exercício de funções soberanas, a "soberania como serviço", conceitos que serão retomados adiante.

Diante desse cenário, este ensaio acadêmico tem como objetivo analisar as relações e os desdobramentos do muskismo enquanto novo paradigma produtivo mundial, buscando compreender como esse modelo reconfigura as formas contemporâneas de trabalho, estabelece novas dinâmicas de dependência e privatização em relação ao Estado, e impõe à educação demandas utilitaristas e tecnocráticas que desafiam a perspectiva da formação humana integral. Entende-se por paradigma produtivo (ou tecnoeconômico) o conjunto articulado de inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais que se consolida como o modelo hegemônico de

acumulação de capital e de controle do trabalho em uma determinada época histórica, atuando, conforme Alves (2000), como a base material e ideológica que sustenta o processo de valorização do capital em cada fase de reestruturação do capitalismo.

O artigo busca responder à seguinte questão: de que maneira o muskismo reconfigura o trabalho, o Estado e a educação, e quais são as principais implicações dessas transformações para a formação humana integral? A pesquisa teórica justifica-se porque o muskismo ainda é um fenômeno recente nas ciências humanas, cujos impactos estruturais sobre a sociologia do trabalho, a formulação de políticas públicas e a educação precisam ser melhor compreendidos. Ao identificar os padrões que vêm se formando, torna-se possível construir formas de resistência às mudanças impulsionadas pelo capitalismo de plataforma no século XXI.

O texto está estruturado de modo a evidenciar os nexos entre trabalho, Estado e educação sob o paradigma muskista. Após a apresentação dos procedimentos metodológicos, a seção de resultados e discussão percorre três eixos interligados. Inicialmente, analisam-se as relações do muskismo com o trabalho, com ênfase na digitalização e na gestão algorítmica, estabelecendo as bases para compreender transformações estruturais subsequentes. A seguir, a discussão avança para a reconfiguração das relações entre o muskismo e o Estado, destacando como as dinâmicas identificadas no campo do trabalho reverberam na simbiose, na dependência e na privatização estatais. Por fim, examinam-se as implicações desse paradigma para a educação, especialmente quanto à subordinação das escolas públicas à racionalidade mercantil, articulando os impactos dos processos de plataformização educacional e do utilitarismo. As considerações finais retomam os principais achados do estudo e propõem possibilidades de futuras pesquisas, conectando todos os eixos temáticos abordados.

2 MÉTODOS

Para atingir o objetivo proposto, o estudo assume a forma de um ensaio acadêmico, de natureza teórica e abordagem qualitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica, com o intuito de examinar criticamente a base teórica atual sobre o tema em análise. Por se tratar de pesquisa exclusivamente bibliográfica e documental, sem envolvimento direto de seres humanos, o estudo dispensa apreciação por comitê de ética em pesquisa.

A escolha dos materiais bibliográficos baseou-se em dois critérios: a relevância teórica dos autores que discutem criticamente os modelos de produção capitalista e a afinidade com as discussões em curso no grupo de pesquisa do qual os autores participam. Para a seleção dos

casos, foram consideradas situações descritas em documentos formais, em reportagens de revistas especializadas e em análises científicas que tratam diretamente das ações do grupo empresarial de Elon Musk e de seus efeitos sobre as relações de trabalho, o Estado e a educação.

Os autores mobilizados concentram-se em três campos principais: a sociologia do trabalho (Braverman, Antunes, Gounet, Harvey), a teoria do Estado capitalista (Poulantzas, Gramsci, Mazzucato, Jessop, Mascaro) e os estudos sobre os efeitos da globalização na educação (Ball, Mészáros, Laval, Biesta, Cássio, entre outros). Reunir essas três frentes é decisivo para a abordagem proposta, pois permite que os eixos do artigo dialoguem entre si e que a análise do fenômeno não se limite a uma de suas dimensões.

Como registro documental do fenômeno, recorreu-se aos trabalhos de Slobodian e Tarnoff (2026) e de Chiusi (2023), que reúnem casos e evidências capazes de ilustrar e sustentar as leituras teóricas apresentadas. A articulação entre a literatura acadêmica e esses registros confere unidade metodológica ao estudo e oferece uma base empírica para a compreensão das transformações analisadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O muskismo e as novas morfologias do trabalho: a digitalização do trabalho, o controle algorítmico e a precarização do trabalho humano

A transição do modelo toyotista para o paradigma muskista não representa uma ruptura técnica repentina, mas se insere em um *continuum* descontínuo de inovações tecnológicas e organizacionais próprias do modo de produção capitalista (ANTUNES; BASSO; PEROCCO, 2023, p. 44). Trata-se, ainda assim, de um aprofundamento radical da subordinação do trabalho ao capital: se o toyotismo operou a "captura da subjetividade" do trabalhador por meio do engajamento flexível com as metas da empresa (ANTUNES, 2009), o muskismo leva essa premissa ao extremo por meio de duas vias combinadas — o controle algorítmico implacável e uma coerção ideológica ancorada em propósitos supostamente salvacionistas. Com a introdução de maquinários e tecnologias associadas à Indústria 4.0 e à Inteligência Artificial, o capital persegue um objetivo histórico: reduzir o trabalho vivo, realizado pela força humana, em favor da expansão do trabalho morto (ANTUNES; BASSO; PEROCCO, 2023, p. 41).

A produção de produtos digitais em escala global, pilar do ecossistema Musk, tem sua protoforma assentada no trabalho manual: do início da cadeia, na mineração, até as infraestruturas de armazenamento em nuvem, o universo virtual é apenas o vértice de uma

estrutura sustentada pelo trabalho humano e pela infraestrutura material. Como argumentam os autores, o trabalho digital não existiria "sem a base do trabalho vivo dos mineradores" (ANTUNES; BASSO; PEROCCO, 2023, p. 42).

O chão de fábrica e os escritórios do ecossistema de empresas de Musk ilustram a materialização de uma manufatura "definida por software", que cruza a automação pesada com a lógica do capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2017). A ideologia dominante tenta apresentar a digitalização do trabalho como uma questão puramente técnica, ancorada na "neutralidade da técnica"; no entanto, "a digitalização do trabalho não foi e não é socialmente neutra": por trás desses meios tecnológicos, o capital institui novas e profundas formas de exploração (ANTUNES; BASSO; PEROCCO, 2023, p. 45).

O ritmo de trabalho deixa de ser ditado apenas pela esteira mecânica fordista ou pela demanda externa toyotista e passa a ser ajustado em tempo real por algoritmos que monitoram o desempenho, o tempo de movimento e a eficiência dos operadores. Constitui-se, assim, uma espécie de homem-robô, comandado por fluxos de trabalho que exigem flexibilidade extrema e impõem uma medição micronizada das tarefas. Longe do mito do trabalho criativo e autônomo, o que se observa é uma padronização taylorista levada ao limite, em que a avaliação contínua da performance e a vigilância obsessiva dos movimentos — e até do tom de voz do trabalhador — servem unicamente à centralização do controle econômico-produtivo (ANTUNES; BASSO; PEROCCO, 2023, p. 46). A essa vigilância contínua e à datificação do corpo do trabalhador, Zuboff (2021) associa a essência de um poder instrumentário, em que a extração de dados e o monitoramento milimétrico maximizam a extração de mais-valor, tanto relativa, pela alta tecnologia, quanto absoluta, pela intensificação da jornada.

A eficácia dessa hiperexploração consolida o que se pode chamar de infoproletariado, categoria produzida pela intensificação do uso das tecnologias da informação nos modelos de produção (ANTUNES; BASSO; PEROCCO, 2023, p. 43). Desse processo resultam o aumento exponencial da precarização, a expansão da informalidade e o avanço do trabalho intermitente e uberizado em escala global, com impacto particularmente forte sobre países periféricos e sobre a cadeia global de criação de valor (ANTUNES; BASSO; PEROCCO, 2023, p. 43).

A marca mais distintiva das relações de trabalho nesse paradigma, porém, é a institucionalização de uma cultura corporativa extrema, frequentemente enaltecida sob a alcunha de "modo *hardcore*": aumento brutal dos ritmos de trabalho, redução dos tempos de produção e jornadas exaustivas que ultrapassam limites legais e biológicos. Essa dinâmica exige

disponibilidade contínua da força de trabalho e uma dedicação sacrificial à corporação, apagando a fronteira entre vida laboral e vida privada, entre o tempo de trabalho e o tempo de reprodução social (ANTUNES; BASSO; PEROCCO, 2023, p. 45). Higgins (2022) documenta esse processo no período de 2017 e 2018, chamado pelo próprio Musk de *production hell* (inferno de produção), durante o escalonamento da fabricação do Model 3: sob metas agressivas e automação precipitada, diretores, engenheiros e operários da fábrica de Fremont (Califórnia) cumpriam jornadas exaustivas, abdicavam de folgas e dormiam em colchões e sacos de dormir no chão das instalações. Episódios semelhantes foram registrados nas reestruturações recentes da plataforma X, o que ilustra empiricamente a suspensão dos limites biológicos e sociais do trabalho exigida por essa cultura.

Essa hiperexploração se sustenta, sobretudo, por uma sofisticada engenharia de consentimento: não é apenas o medo do desemprego que a viabiliza, mas também a adesão a uma missão de tom "messiânico" — seja a transição energética, a exploração multiplanetária ou a defesa irrestrita da liberdade de expressão. O muskismo constrói uma narrativa na qual a expansão multiplanetária ou a salvação ecológica da humanidade justifica qualquer sacrifício imposto no presente. Ao atrelar o trabalho exaustivo à salvação da espécie, o modelo moraliza o adoecimento, esvazia qualquer reivindicação de limites e exige do trabalhador uma devoção quase religiosa que oblitera seus direitos mais básicos (RUSHKOFF, 2023); o sujeito passa a se autoexplorar voluntariamente por acreditar estar se realizando em nome de um propósito superior. É o que Chiusi (2023) identifica como o núcleo do culto muskista: uma religião secular do solucionismo tecnológico, em que a fé no empreendedor-salvador substitui a deliberação política e converte cada sacrifício laboral em uma etapa necessária à redenção da humanidade.

Esse regime de acumulação e gestão algorítmica encontrou, em 2020 — descrito como o "ano da grande aceleração" — e na pandemia de coronavírus, um impulso sem precedentes (ANTUNES; BASSO; PEROCCO, 2023, p. 50). A crise sanitária funcionou como um laboratório em que o capital aproveitou a oportunidade para acelerar a digitalização do trabalho, ampliar o uso de aplicativos na nuvem e aprofundar processos automatizados voltados ao aumento da margem de lucro (ANTUNES; BASSO; PEROCCO, 2023, p. 49-51). A plataformização do trabalho não decorre de uma tecnologia isolada do tecido social: "é o resultado da concepção e do uso capitalista das tecnologias digitais" (ANTUNES; BASSO; PEROCCO, 2023, p. 51).

Esse regime também demanda extrema desregulamentação das relações de trabalho e manifesta um antissindicalismo beligerante. A organização coletiva e os direitos trabalhistas historicamente conquistados são tratados pelo muskismo como "ineficiências operacionais" ou como entraves à inovação. A hostilidade aberta aos sindicatos não é traço contingente nem estilo de gestão, mas uma necessidade estrutural do modelo, que garante o controle despótico sobre a força de trabalho, a flexibilidade incondicional para demissões em massa e a imposição unilateral de metas sem o amparo da negociação coletiva. Ao exigir desregulamentação e promover o rebaixamento salarial e a erosão dos direitos sociais, o modelo muskista se consolida como campo de batalha: as transformações que produz também atuam como detonadores sociais, agravando as disparidades e alimentando o conflito e a resistência dos trabalhadores diante dessa exploração (ANTUNES; BASSO; PEROCCO, 2023, p. 51-52).

O muskismo indica que a precarização do trabalho humano não opera no vácuo; depende intimamente das estruturas políticas para se legitimar. É justamente para compreender como as instituições públicas pavimentam esse caminho que o eixo seguinte analisa a reconfiguração do Estado sob o paradigma muskista, desvelando as profundas relações de simbiose, dependência e privatização que o caracterizam.

3.2 O muskismo e a reconfiguração do Estado: simbiose, dependência e privatização da soberania

A arquitetura de controle digital e a hiperexploração do trabalho vivo não operam no vácuo, mas sobre uma base político-institucional estratégica. Para sustentar as taxas de acumulação do paradigma muskista, esse modelo ultrapassa as fronteiras do chão de fábrica e reconfigura o aparelho estatal, acelerando a retração de direitos sociais. Conforme elucida Harvey (2008), o Estado sob a racionalidade neoliberal não desaparece; ao contrário, atua ativamente na criação de arranjos jurídicos que blindam a acumulação de capital.

A exigência estrutural de retração de direitos sociais articula-se, assim, a uma relação paradoxal com o Estado. É operando nessa contradição que o muskismo atua: ao mesmo tempo em que adota um discurso ultraliberal para rechaçar regulações e legitimar o desmonte da proteção ao trabalho, estabelece uma profunda simbiose com os fundos públicos (MAZZUCATO, 2014). Esse paradigma avança agressivamente sobre infraestruturas estratégicas, promovendo a privatização de setores que historicamente compunham a soberania estatal.

Compreender essa dinâmica exige superar a leitura que enxerga o Estado apenas como vítima capturada pelas grandes corporações tecnológicas. Como postula Poulantzas (2000), o Estado capitalista é, em sua essência, a "condensação material de uma relação de forças" entre as classes sociais.

No atual estágio de acumulação, essa condensação pende estruturalmente para a fração do capital financeiro-tecnológico. Em diálogo com Jessop (2019), observa-se que o Estado exerce uma "seletividade estratégica", ajustando instituições, políticas e orçamentos para favorecer a reprodução e a rentabilidade desse paradigma digital e plataformizado, garantindo condições ideais para a expansão do ecossistema de Musk. É essa seletividade que permite desmontar a mitologia do "empreendedor heroico" e autossuficiente que permeia esse ecossistema. Slobodian e Tarnoff (2026) sintetizam a dinâmica no conceito de "simbiose estatal": longe do libertarianismo que professa, o muskismo não busca sair do Estado nem encolhê-lo, mas colonizá-lo, tornando funções soberanas dependentes de provedores privados monopolistas.

Mazzucato (2014), em sua análise sobre o "Estado Empreendedor", já demonstrava que as grandes inovações do Vale do Silício dependem intrinsecamente de investimentos estatais massivos e de alto risco. No caso do muskismo, essa dinâmica atinge níveis inéditos: empresas do conglomerado, como Tesla e SpaceX, consolidaram-se por meio de subsídios governamentais, isenções fiscais de governos locais, créditos de carbono e contratos públicos vultosos — a exemplo das parcerias firmadas com a National Aeronautics and Space Administration (NASA) e o Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Configura-se, assim, uma lógica de socialização dos investimentos e dos riscos, seguida da privatização extrema dos lucros.

Essa seletividade estratégica, contudo, precisa ser legitimada perante a sociedade — o que remete ao conceito gramsciano de hegemonia (GRAMSCI, 1999), segundo o qual a dominação não se dá apenas pela coerção, mas também pela construção de um consenso ativo no âmbito da sociedade civil. O modelo de Musk opera uma sofisticada máquina de hegemonia cultural ao propagar a ideologia do empreendedor heroico e do "tecno-solucionismo" (MOROZOV, 2018): uma racionalidade que busca substituir a arena política, o debate democrático e a formulação de políticas públicas por soluções tecnológicas automatizadas e vendidas pelo mercado, alimentando a crença de que os impasses ecológicos e estruturais da humanidade serão resolvidos pela tecnologia privada — carros elétricos, viagens espaciais — e não pela política pública.

Sob essa ótica, o Estado deixa de atuar como provedor universal de direitos ou planejador do desenvolvimento social para se reduzir a mero cliente de pacotes tecnológicos e plataformas digitais privadas. Essa narrativa hegemônica sustenta o paradoxo apontado por Mazzucato (2014): enquanto ataca o Estado no discurso, o capital se apropria do Estado investidor na prática.

A consequência gravíssima desse processo é a privatização de esferas intrínsecas à soberania nacional, capturadas pelos investimentos do Estado, pela parcerização e pelo controle do setor privado de órgãos públicos leiloados como mercadoria. A rede Starlink, que controla a maior constelação de satélites de comunicação em órbita terrestre, monopoliza o controle de redes estratégicas — e do próprio espaço sideral.

Configura-se o que Slobodian e Tarnoff (2026) denominam "soberania como serviço": o exercício de funções historicamente soberanas, desde o acesso à órbita terrestre até as comunicações estratégicas, em que os próprios Estados precisam contratá-las de um fornecedor privado, o que inverte a hierarquia clássica entre o poder público e o setor privado. Esse monopólio confere ao conglomerado um poder geopolítico desproporcional, permitindo interferências diretas em conflitos internacionais e na conectividade de nações inteiras, o que esvazia a capacidade regulatória autônoma dos Estados-nação e desafia as instituições democráticas. Movimento análogo ocorre na esfera pública digital: na plataforma X, o debate cívico passa a ser regido, de forma discricionária, por algoritmos privados, subordinado à lógica do engajamento financeiro, da mineração de dados e da polarização (ZUBOFF, 2021).

O esvaziamento da capacidade estatal de regulação diante desse cenário não é uma disfunção, mas a própria operação lógica do que Mascaro (2013) define como "forma-Estado" e "forma-Direito": as estruturas estatais e jurídicas são formas sociais derivadas da própria forma mercadoria. Sob o imperativo neoliberal, a máquina estatal e legal atua precisamente para proteger a propriedade intelectual, garantir a flexibilização trabalhista e blindar as prerrogativas do capital tecnológico, independentemente dos danos democráticos que isso acarrete.

No paradigma muskista, portanto, o Estado não encolhe nem desaparece: ele se retrai como provedor de direitos sociais, mas redireciona sua força estrutural e legal — expandindo seu aparato jurídico-político — para garantir a rentabilidade do capital e assegurar a expropriação tecnológica (FRIGOTTO, 2010b).

O "livre mercado" propalado pela ideologia do Vale do Silício revela-se, assim, um constructo indissociável do Estado, que atua como o motor oculto da acumulação das *big techs* (MAZZUCATO, 2014). Ao fazer essa concessão, o Estado cede seu monopólio regulatório a

uma nova arquitetura de poder que privatiza não apenas os serviços, mas também a própria dinâmica de governança social (MOROZOV, 2018; ZUBOFF, 2021).

A consolidação dessa nova hegemonia não se sustenta apenas pela expropriação tecnológica e pelo aparelhamento jurídico-estatal (GRAMSCI, 1999). Para que a hiperexploração do trabalho digital se reproduza e se naturalize, esse paradigma demanda uma profunda reconfiguração tanto na própria formação dos sujeitos quanto na reprodução sociometabólica do sistema (MÉSZÁROS, 2005). É nesse escopo que a educação emerge como o território estratégico onde as exigências do mercado corporativo e a seletividade do Estado se materializam, tensionando historicamente o papel da docência e o projeto de emancipação humana (FRIGOTTO, 2010c), dinâmicas aprofundadas a seguir.

3.3 O muskismo e a globalização da educação: utilitarismo, plataformas digitais e a crise da formação humana integral

A reconfiguração das relações de trabalho e a captura estrutural do Estado pelos aparatos tecnológicos não ocorrem sem uma reestruturação correspondente dos aparelhos privados de hegemonia, dos quais a escola é historicamente a mais estratégica. Mészáros (2005) já apontava que o capital, em sua crise estrutural, necessita de um sistema educacional que internalize sua lógica alienante para garantir a reprodução do sistema, como adverte o autor sobre o papel histórico dessa instituição sob a égide do capital:

> A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu — no seu todo — ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, mas também de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes (MÉSZÁROS, 2005, p. 35).

Como aponta Frigotto (2010b), o modelo fordista demandou uma educação pautada na disciplina rígida, e o toyotismo impulsionou a "pedagogia das competências" e a empregabilidade, esta última ganha contornos mais nítidos a partir da análise de Gounet (1999). Ao investigar a civilização do automóvel, o autor demonstra que a exigência de novas competências — traduzida na polivalência e no trabalho em equipe (células de produção) — não representou uma humanização, mas sim um refinamento da extração de mais-valia. A escola, ao internalizar a pedagogia das competências, passou a treinar os estudantes para a flexibilidade, a proatividade e a resolução imediata de problemas, mimetizando as necessidades produtivas da acumulação flexível. É a partir dessa base histórico-educacional utilitarista que o paradigma muskista impõe um novo imperativo ao sistema educacional: a formação em massa do

infoproletariado, a subordinação da formação humana à racionalidade do controle algorítmico e a adaptação da juventude à cultura da autoexploração.

Nesse cenário, a educação pública torna-se um alvo estratégico duplo para o capital digital corporativo, atuando simultaneamente como mercado consumidor da privatização de recursos públicos e como espaço de conformação ideológica. Esse processo avança pelo que Ball (2014) chama de "governança de rede": a privatização não ocorre apenas pelo repasse de escolas ao setor privado, mas também quando "a política educacional agora é feita por uma rede complexa e heterogênea de atores, que borra as fronteiras entre o Estado, a economia e a sociedade civil, redefinindo o que conta como público e privado" (BALL, 2014, p. 38).

Apoiado pela seletividade estratégica do Estado — que subfinancia as redes públicas de ensino ao mesmo tempo em que transfere verbas para corporações de tecnologia sob a justificativa da "modernização" —, o modelo muskista impulsiona a intensificação da plataformização da educação. A introdução acrítica de plataformas fechadas e pacotes de *EdTechs* nas escolas traduz o tecno-solucionismo para o ambiente pedagógico, transformando o espaço escolar em um laboratório de extração de dados e de mercantilização do ensino (LAVAL, 2019).

No contexto brasileiro, com forte evidência na educação básica, Cássio (2019) demonstra como os chamados "reformadores empresariais da educação" capturam os fundos públicos e a formulação de currículos. Para o autor, a face mais perversa desse processo reside no fato de que "a pauta empresarial para a educação pública não visa à melhoria da qualidade do ensino, mas à disputa pelo fundo público e à formação de um novo tipo de trabalhador flexível" (CÁSSIO, 2019, p. 15).

Do ponto de vista curricular e pedagógico, a hegemonia do muskismo exerce uma pressão utilitarista devastadora: o sistema educacional é levado a abandonar a formação humana integral — que pressupõe a apropriação histórica da filosofia, das ciências sociais, das artes e da cultura — em favor de um centro de treinamento instrumental voltado quase exclusivamente às áreas de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (*STEM*) e à alfabetização de dados.

Biesta (2013) denomina esse fenômeno de "aprendificação" (*learnification*), um processo que reduz o sentido histórico da educação à mera aquisição individualista de habilidades mensuráveis, já que "a nova linguagem da aprendizagem dificulta, se não impossibilita, fazer as perguntas cruciais sobre os conteúdos, os propósitos e as relações na educação" (BIESTA, 2013, p. 43). Ao concentrar-se excessivamente na utilidade, o sistema esvazia as dimensões da

socialização e da subjetivação emancipatória do estudante — um diagnóstico que encontra eco na leitura de Pérez Gómez (2015) sobre a era digital.

Para o autor, a escola é empurrada para um treinamento raso de competências instrumentais, pois "o desafio da escola hoje não é a transmissão de informações, já onipresentes na rede, mas o desenvolvimento de um pensamento crítico, criativo e ético capaz de questionar a cultura algorítmica" (PÉREZ GÓMEZ, 2015, p. 28). Ao convergirem, os dois diagnósticos apontam para o mesmo horizonte: sem esse repertório crítico, a formação se reduz à produção de um trabalhador capaz de operar os sistemas do taylorismo digital descrito por Antunes, Basso e Perocco (2023), mas incapaz de questionar a estrutura de dominação em que está inserido.

Esse esvaziamento crítico não é fortuito: cumpre uma função precisa na construção do sujeito exigido pelo muskismo. Como analisam Dardot e Laval (2016), essa diretriz ideológica opera a construção do sujeito neoliberal — o "empresário de si mesmo" —, buscando naturalizar, já na educação básica, a responsabilização individual absoluta pelo sucesso ou pelo fracasso. Prepara-se, assim, a subjetividade do estudante para aceitar, no futuro, a ausência de direitos trabalhistas, o imperativo da flexibilidade contínua e o desgaste das competências socioemocionais, dinâmicas intrínsecas ao que Antunes (2018) define como a corrosão do trabalho. A pedagogia, dessa forma, é esvaziada de seu potencial emancipatório e reduzida a uma ferramenta de ajustamento comportamental (LAVAL, 2019) aos ditames das plataformas digitais.

O próprio trabalho docente sofre um processo agudo de degradação e de controle estrutural na reconfiguração das políticas educacionais, estudada desde o início da implementação das políticas das agendas neoliberais na década de 1990. A digitalização e a plataformização do ensino promovem a expropriação do saber pedagógico e aceleram a proletarização do professor. Os pacotes educacionais fechados reproduzem, no trabalho docente, a separação entre concepção e execução que Braverman (1987) identificou na gerência científica: o ensino passa a ser concebido por corporações e apenas executado pelo professor. Mediado por sistemas de apostilamento digital, algoritmos de avaliação padronizada e ferramentas de inteligência artificial, o educador vê sua autonomia suprimida. Em vez de atuar como o que Giroux (1997) denomina "intelectual transformador", o professor vê seu papel de mediador crítico substituído pelo trabalho mecânico de monitoramento de telas e de alimentação de métricas corporativas.

O muskismo na educação, portanto, transcende a privatização do currículo e a captura dos orçamentos públicos; atua para anular a escola pública como espaço de resistência democrática e de disputa de projetos de sociedade, subordinando o trabalho docente e a formação da classe trabalhadora aos imperativos da acumulação do capital.

Contra essa subordinação totalitária da educação, a defesa da escola pública exige o resgate de seu sentido político originário. Masschelein e Simons (2018) argumentam que a escola deve ser protegida e compreendida como *skholé* — um "tempo livre" e um espaço público de suspensão das exigências produtivas:

> O que a escola faz é suspender a ordem natural das coisas, regras e leis que governam as famílias, o mercado de trabalho e a sociedade em geral, oferecendo um tempo livre que transforma conhecimentos e habilidades em bens públicos (MASSCHELEIN; SIMONS, 2018, p. 26).

A resistência à mercantilização tecnológica do ensino passa, necessariamente, por reafirmar o ambiente escolar como lugar do questionamento, da democracia e da formação humana integral, recusando sua conversão em mero apêndice corporativo do capitalismo de plataforma. Essa hegemonia corporativa também corrói os fundamentos da educação ao desqualificar historicamente a formação acadêmica. Em diversas manifestações públicas, especialmente em postagens na plataforma X (antigo Twitter), Elon Musk tem reiteradamente desqualificado o papel do ensino superior tradicional, afirmando que as universidades servem "basicamente para diversão" e não para o aprendizado, e ressaltando que diplomas acadêmicos não são requisitos para a contratação em suas empresas, bastando a demonstração de "habilidades excepcionais". Sob a ótica da crítica da economia política e da educação, esse discurso transcende a mera opinião pessoal e atua como um dispositivo ideológico do capital tecnológico: ao desvalorizar a formação acadêmica — historicamente atrelada ao rigor científico, ao tempo de maturação intelectual e à apropriação das humanidades —, o muskismo reforça uma visão estritamente utilitarista (BIESTA, 2013), reduzindo-a a um repertório estreito de saberes aplicados e interessando-se apenas pelo "aprender a fazer" que lhe é diretamente útil. O intuito é substituir o peso institucional da formação humana integral pela aquisição fragmentada de microcertificações e competências instrumentais imediatas, moldando um trabalhador flexível, desprovido de estofo crítico e perfeitamente adaptável às demandas do taylorismo digital.

Descarta-se, assim, o pensamento crítico e as antigas formas de especialização do trabalho que, mesmo dentro dos limites do capitalismo industrial, ainda se organizavam em

torno de um contrato social que reconhecia a educação como mediação entre indivíduo, Estado e mercado (FRIGOTTO, 2010b). No lugar desse pacto, o muskismo impõe uma lógica unilateral de utilidade imediata, em que a formação só se justifica pelo retorno instrumental que ela oferece ao capital tecnológico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a questão que orientou esta investigação — de que maneira o muskismo reconfigura o trabalho, o Estado e a educação, e quais são as principais implicações dessas transformações para a formação humana integral —, cabe afirmar que a transição dos modelos produtivos clássicos para o que se convencionou chamar de muskismo representa um aprofundamento radical das lógicas de exploração capitalista no século XXI. Longe de constituir uma inovação técnica neutra, esse novo paradigma consolida a gestão algorítmica e a digitalização extrema como ferramentas de controle sobre a força de trabalho. Ao impor uma cultura corporativa exaustiva e antissindical, o modelo extrai valor não apenas do esforço físico, mas também da datificação contínua e da expropriação cognitiva do trabalhador, produzindo uma hiperprecarização que dilui as fronteiras entre o tempo de vida e o tempo de produção.

Para sustentar essa arquitetura de hiperexploração, o muskismo estabelece uma relação intrinsecamente parasitária e paradoxal com o aparelho estatal. Sob a cortina de fumaça de um discurso ultraliberal e de defesa incondicional do livre mercado, o capital tecnológico apropria-se dos fundos públicos, socializando os riscos do investimento e privatizando, de forma extrema, os lucros e as infraestruturas estratégicas. O Estado, por sua vez, atua como fiador dessa dinâmica, abdicando de seu papel de provedor social para assumir uma postura seletiva que blinda os monopólios digitais, transferindo à iniciativa privada decisões e recursos que afetam diretamente a soberania nacional e a própria esfera pública democrática.

Diante desse cenário, a escola emerge como um dos principais campos de disputa hegemônica, pressionada a abandonar o projeto histórico de formação humana integral em favor de um utilitarismo plataformizado. A tentativa de converter a educação pública em mercado consumidor de tecnologias e em centro de treinamento instrumental busca naturalizar a precarização, minar a capacidade crítica da juventude e expropriar a autonomia do trabalho docente. É justamente no ambiente educacional — compreendido como um espaço coletivo de suspensão das lógicas mercadológicas — que reside o potencial de resistência. Defender uma educação emancipatória torna-se, assim, não apenas uma pauta pedagógica, mas também uma

urgência política para confrontar o determinismo e a dominação impostos por essa fase do capitalismo de plataformas.

Como agenda para pesquisas futuras, três frentes merecem aprofundamento: o exame empírico das condições de trabalho nas empresas do conglomerado, a partir de estudos de caso e de fontes sindicais; a investigação das formas concretas de entrada das plataformas e das *EdTechs* nas redes públicas de ensino brasileiras; e o acompanhamento da consolidação do próprio conceito de muskismo na literatura internacional, ainda em construção. Por se tratar de um fenômeno em curso, seus contornos seguem em transformação, o que exige da pesquisa crítica em educação o registro sistemático e a análise permanente de suas manifestações.

Este recente debate acadêmico sobre o paradigma do muskismo ratifica a compreensão de que esse modelo não se pauta por uma retração do Estado, mas por uma simbiose profunda, em que o capital privado passa a exercer funções soberanas sob a lógica da "soberania como serviço". Longe de representar uma inovação desvinculada de amarras políticas, o fenômeno revela-se como um modo produtivo que expõe a falência das promessas de democratização digital, evidenciando que a infraestrutura técnica se torna um instrumento de poder discricionário que desafia a autonomia regulatória e os valores democráticos das nações.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, Michel. *Régulation et crises du capitalisme*. Paris: Calmann-Lévy, 1976.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; BASSO, Pietro; PEROCCO, Fabio. O trabalho digital, seus significados e seus efeitos no quadro do capitalismo pandêmico. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Icebergs à deriva*: o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 41-52.

BALL, Stephen J. *Educação global S.A.*: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BIESTA, Gert. *Para além da aprendizagem*: educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CÁSSIO, Fernando (org.). *Educação contra a barbárie*: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

CHIUSI, Fabio. *L'uomo che vuole risolvere il futuro*: critica ideologica di Elon Musk. Torino: Bollati Boringhieri, 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Exclusão e/ou desigualdade social? Questões teóricas e político-práticas. *Cadernos de Educação*, Pelotas, n. 37, p. 15-30, 2010a.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010b.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010c.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais*: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 3.

HARVEY, David. *O neoliberalismo*: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 27. ed. São Paulo: Loyola, 2017.

HIGGINS, Tim. *A aposta do século*: Elon Musk, a Tesla e a aposta que mudou a indústria automotiva. São Paulo: Planeta Estratégia, 2022.

JESSOP, Bob. *El Estado*: pasado, presente, futuro. Buenos Aires: Prometeo, 2019.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa*: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. *Em defesa da escola*: uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MAZZUCATO, Mariana. *O Estado empreendedor*: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech*: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. *Educação na era digital*: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RUSHKOFF, Douglas. *Sobrevivência dos mais ricos*: fantasias de fuga dos bilionários da tecnologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SLOBODIAN, Quinn; TARNOFF, Ben. *Muskism*: a guide for the perplexed. New York: HarperCollins, 2026.

SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.

VALENTIN, M. *O modelo Tesla*: do toyotismo ao teslismo — as estratégias disruptivas de Elon Musk. Rio de Janeiro: Alta Books, 2022.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.